

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 1º SEMESTRE 2019

O que é?

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, instituída pela Resolução 002/2009/CPJ, é um órgão do Ministério Público e integra a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência, presteza, eficiência e segurança das atividades dos membros do Ministério Público, bem como dos seus órgãos e servidores.

Atividades desenvolvidas:

As principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público são receber, registrar, analisar e dar encaminhamento devido às manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários) sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público.

Como canais para contato a Ouvidoria possui o *link* no sítio do Ministério Público (www.mpto.mp.br), o e-mail ouvidoria@mpto.mp.br e os telefones (63) 3216-7598 e (63) 3216-7575.

Seguem abaixo tabelas contendo um balanço dos atendimentos realizados por esta Ouvidoria.

1. Considerações sobre os tipos de atendimentos

De acordo com a Resolução 95, de 22 de maio de 2013, com as respectivas alterações promovidas pelas Resoluções 153, de 21 de novembro de 2016 e 180, de 07

de agosto de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, as manifestações serão enquadradas nas seguintes classes:

Reclamações – manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

Críticas – manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

Representação – manifestações residuais em relação à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

Sugestões – propostas de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

Elogios – manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos serviços auxiliares;

Pedidos de informação – manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de acesso à Informação.

1.1 Balanço dos atendimentos realizados no 1º semestre de 2019:

Detalhamento por assunto:

Seção: 1. Quantidade de Reclamações

1.1. Recebidas 17

1.2. Aguardando resposta 0

1.3. Pendentes 0

1.4. Inválidas 0

1.5. Encerradas 17

Seção: 2. Quantidade de Sugestões

2.1. Recebidas 0

2.2. Aguardando resposta 0

2.3. Pendentes 0

2.4. Inválidas 0

2.5. Encerradas 0

Seção: 3. Quantidade de Pedidos de Informação - LAI

- 3.1. Recebidas 16
- 3.2. Aguardando resposta 0
- 3.3. Pendentes 0
- 3.4. Inválidas 0
- 3.5. Encerradas 16

Seção: 4. Quantidade de Críticas

- 4.1. Recebidas 3
- 4.2. Aguardando resposta 0
- 4.3. Pendentes 0
- 4.4. Inválidas 1
- 4.5. Encerradas 2

Seção: 5. Quantidade de Elogios

- 5.1. Recebidas 1
- 5.2. Aguardando resposta 0
- 5.3. Pendentes 0
- 5.4. Inválidas 0
- 5.5. Encerradas 1

Seção: 6. Quantidade de Representações

- 6.1 Recebidas 1386
- 6.2 Aguardando resposta 195
- 6.3 Pendentes 14
- 6.4 Inválidas 352
- 6.5 Encerradas 848

Seção: 7. Classificação de manifestações por Assunto

- 7.1. Acessibilidade 1
- 7.2. Administração e Funcionamento do Ministério Público 8
- 7.3. Atuação de Membros e Servidores 14
- 7.4. Concurso Público 49
- 7.5. Consultas e Dúvidas Jurídicas 3
- 7.6. Consumidor 54
- 7.7. Controle Externo da Atividade Policial 4
- 7.8. Crimes 49
- 7.9. Demandas alheias à competência do Ministério Público 45
- 7.10. Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental 2
- 7.11. Educação 76
- 7.12. Eleitoral 0
- 7.13. Execução Penal 5
- 7.14. Idoso 16
- 7.15. Improbidade Administrativa 512

- 7.16. Infância e Juventude 20
- 7.17. Meio Ambiente 37
- 7.18. Outros 364
- 7.19. Residência na Comarca e Lotação de Membros 0
- 7.20. Saúde 111
- 7.21. Serviços Públicos 37
- 7.22. Sindical e questões análogas 2
- 7.23. Violência doméstica 0
- 7.24. Lei de Acesso à Informação 14

2. Dos pedidos de Informação

Para os pedidos de acesso à informação, no primeiro semestre de 2019, todos dezesseis foram respondidos dentro do prazo definido em Lei.

3. Participação em Eventos:

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
1	Brasília/DF	8 de fevereiro	40ª Reunião Ordinária do CNOMP
2	São Luís/MA	29 de março	41ª Reunião Ordinária do CNOMP
3	Rio de Janeiro/RJ	13 e 14 de maio de 2019	4ª Semana da Ouvidoria e Acesso à Informação, realizada pela CGU
4	Rio de Janeiro/RJ	15 de maio de 2019	42ª Reunião Ordinária do CNOMP
5	Palmas/TO	14 de junho de 2019	Encerramento do XII Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES

Ouidora
Procuradora de Justiça